

BANCO SOCORED S.A. – BANCO MÚLTIPLO

CNPJ/ME nº 04.814.563/0001-74 - NIRE nº 35.300.380.363

Relatório de Administração

tos de que saímos fortalecidos e convictos de termos trabalhado com resiliência e determinação. Adentramos 2021 convictos de nossos planos e estratégias, e conseguimos manter o ritmo de nossas entregas. Adotamos tudo que estava ao nosso alcance para garantir a segurança dos colaboradores e seus familiares. Continuamos engajados em nossos objetivos, muitos deles, andando na contramão do mercado, promovendo investimento, mantendo os empregos e até aumentando nosso quadro de colaboradores, e estimulando o crédito às pessoas. Porque acreditamos, além de nossas metas e projetos, que é nessas horas que grandes corporações podem fazer diferença na vida das pessoas. Seguindo esse racional, entregamos grande parte de nossos projetos estruturantes, como: o lançamento de nossa corretora de moeda (Banco), o bandeiramento de nossos cartões com VISA, a criação da nossa Corretora de se-

guros e Marketplace. Com certeza, todos são grandiosos e fundamentais para a realização de nosso plano estratégico de longo prazo, principalmente focado na entrega de produtos e serviços sustentáveis para os clientes. Firmamos e consolidamos parcerias importantes e confiamos que serão alicerças para escalarmos nosso modelo de negócios de comunidade. Nossas clientes cada vez mais se utilizam de canais digitais, e estamos investindo na transformação digital de nossos negócios, com maior intensidade desse movimento após o início da pandemia, acelerando nossa transformação digital e ampliando investimentos em soluções e canais. A estratégia digital do BANCO SOCORED passa pela busca incessante de melhoria de serviços e experiências aos nossos clientes, sempre tendo a inovação como ferramenta. Sabemos que ainda encontraremos desafios no cenário econômico, mas acreditamos nos in-

vestimentos que temos realizado nos últimos anos e nos mantemos confiantes que os próximos anos serão de crescimento sustentável. Tamos grandes avanços a realizar, mas seguimos convictos de que temos avançado com passos significativos, sempre em prol de nossos relacionamentos mais profundos e duradouros com os nossos clientes. O BANCO SOCORED possui uma estrutura organizacional que observa a legislação e regulamentação em vigor no Brasil e está alinhado às melhores práticas de mercado, comprometendo-se com princípios de transparência, prestação de contas, equidade e responsabilidade corporativa, adotando boas práticas em linha com as Leis de Anticorrupção e de responsabilidade socioambiental. Agradecemos a confiança de nossos acionistas, os nossos parceiros estratégicos, nossos clientes e a dedicação e comprometimento de nossos colaboradores.

Balança Patrimonial		31/12/2021	31/12/2020
ATIVO	Notas	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		696.955	623.907
Disponibilidades	4	995	384
Instrumentos Financeiros		561.091	618.574
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	103.057	57.582
Títulos e valores mobiliários	5	46.981	24.489
Relações Interfinanceiras		52.785	-
Operações de Crédito	6.1	358.268	129.370
Outros Ativos Financeiros	6.2	60	406.773
Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito		(102.552)	(25.759)
Provisão para operações de crédito		-	-
(Provisão para liquidação duvidosa)	6.1.a - 7.a	(102.552)	(23.126)
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	7.b -	-	(2.633)
Outros Ativos		8.235	22.359
Outros valores e bens	9	2.188	8.349
NÃO CIRCULANTE		218.159	150.466
Instrumentos Financeiros		122.892	99.043
Títulos e valores mobiliários	5	108.656	71.504
Relações Interfinanceiras		-	-
Operações de Crédito	6.1	14.236	27.249
Outros Ativos Financeiros	6.2	-	29.0
Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito		(1.177)	(280)
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)	6.1.a	(1.177)	(280)
Créditos Tributários		78.598	35.140
Outros Ativos	8	9.944	64
Outros valores e bens	9	7.902	16.479
Permanente		1.894	797
Imobilizado		10	2.976
Intangível		11	1.867
Depreciações, Amortizações e Redução ao Valor Recuperável		(2.949)	(2.706)
Total do ativo		917.008	775.170

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Em milhares de reais		Notas	31/12/2021	31/12/2020
PASSIVO				
CIRCULANTE			41.929	280.334
Depósitos		12	22.532	23.524
Depósitos a prazo	12.a	19.156	11.104	-
Outros depósitos	12.e	3.376	12.420	-
Recursos de aceites e emissão de títulos			644	7.517
Recursos de aceites cambiais	12.a	644	7.517	-
Relações interfinanceiras			-	234.552
Transações de Pagamento	13.a	-	-	234.552
Outras obrigações			18.753	14.741
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	14	591	-	4
Fiscais e previdenciárias	14.a	2.177	2.764	-
Provisão para Contingências	14.b	3.276	674	-
Diversas	14.c	12.709	11.299	-
NÃO CIRCULANTE			796.032	459.340
Depósitos		12.a	682.792	272.419
Depósitos a prazo			682.792	272.419
Recursos de aceites e emissão de títulos			108.639	181.620
Recursos de aceites cambiais	12.a	108.639	181.620	-
Letras Financeiras Subordinadas			4.601	4.363
LF Pós Subordinada	12.d	4.601	4.363	-
Reservas de Exercícios Futuros			-	328
Reservas Antecipadas			-	328
Patrimônio líquido		15	79.047	35.496
Capital			118.513	29.614
De domicílios no País			118.513	29.614
Reservas			15.415	14.786
Reserva legal			4.181	4.181
Reservas de Lucros			12.234	10.587
Prejuízos Acumulados			(55.881)	(8.886)
Total do passivo e patrimônio líquido			917.008	775.170

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020

1. Contexto operacional: O BANCO SOCORED S.A. - BANCO MÚLTIPLO ("Instituição"), iniciou suas atividades em 02 de maio de 2020. Em 27 de abril de 2020, foi recebida a aprovação do Banco Central do Brasil (Bacen) para transformação em instituição financeira, cujas atividades des deste novo formato iniciaram em 1º de junho de 2020, sendo o objeto a realização de operações de crédito, financiamento e investimento, bem como, a prática de todas as operações permitidas às instituições financeiras de sua natureza. Em 16 de março de 2021 recebemos a autorização pelo Banco Central do Brasil para iniciar nossas operações como banco múltiplo com carteira comercial. O BANCO SOCORED S.A. - BANCO MÚLTIPLO possui terceirização de processos e fluxos compartilhados correspondentes a serviços de promoção, BackOffice, formalização das operações de crédito e cartões, custos compartilhados de serviços de RH e Jurídico com a Alphamoney, bem como serviços de suporte técnico de informática com a SImet e serviços de cobrança com a Scard. Em 30 de julho de 2021, a Instituição realizou a transferência de ativos financeiros, sem retenção de riscos, das carteiras de compra à vista e parcelado junto a Sorocred Instituição de Pagamento S.A., empresa pertencente ao Grupo Afimz. A Instituição ainda promove para operações com atraso superior a 180 dias, substancialmente, de recuperação de cartão de crédito, a venda / transferência destes ativos financeiros, sem retenção de riscos, com empresas não pertencentes ao Grupo.

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requeridas para os semestres finais em 30 de junho de 2021 e 2020, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/1976, alterada pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009, e a partir de 1º de julho de 2010, as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen). A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução NBC nº 2/2020 estabeleceram os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3.959/2019, e entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidenciamento em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade (IFRS®), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados aos processos de Convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos aprovados pelo BACEN. Desta forma a Instituição, na elaboração das Demonstrações Financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam:

Pronunciamento	Resolução
PC 02 (R) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro	4.144/12
PC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos	3.566/08
PC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras	4.524/16
PC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa	4.818/20
PC 04 (R1) - Ativo Intangível	4.716/20
PC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas	4.818/20
PC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações	3.989/11
PC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro	4.007/11
PC 24 - Evento substancial	4.818/20
PC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	3.823/09
PC 27 - Ativo imobilizado	4.535/16
PC 33 (R1) - Benefícios e empregados	4.877/20
PC 41 - Resultado por ação	4.818/20
PC 46 - Mensuração do valor justo	4.748/19
PC 47 - Receita de Contrato com Cliente	4.524/21

3. Resumo das principais práticas contábeis: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.818/20, que determina a observância do Pronunciamento Contábil CPC 03 "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), sendo caixa e equivalentes de caixa os saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente convertíveis e títulos e valores mobiliários, ou com prazo igual ou inferior a 90 dias. **3.2. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **3.3. Títulos e valores mobiliários:** Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/2001 do Banco Central do Brasil (Bacen), os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma: • **Títulos para negociação:** Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor justo em contrapartida ao resultado do período; • **Títulos disponíveis para venda:** Títulos que podem ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor justo em contrapartida à conta de resultado do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e • **Títulos mantidos até o vencimento:** Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Estes títulos são acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e não são ajustados ao seu valor justo. Para os papéis reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método de taxa de juros efetiva. Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados pro rata die, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuadas pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período. As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidos no resultado do período. Quando da alienação, a diferença auferida entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo comotação pública de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem Títulos da dívida pública, ações e derivativos listados. Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preço observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFI e NTN-B), e outros títulos negociados no mercado ativo. Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). Quando as cotações de preços não são observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz da sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial e o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de cotações públicas de mercado e os preços e despesas decorrentes dessas operações são reconhecidas da forma mensurada utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses Títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente, por Títulos Públicos (compromissada e NTN) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1. Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis). Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Sorocred utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, instrumentos de baixa de liquidez. Não temos ativos e passivos financeiros avaliados ao valor justo que tenham sido classificados nesse nível de hierarquia de valor justo em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021. **3.5. Operações de crédito:** As operações pré-financeiras foram registradas pelo valor da principal, acrescidas dos rendimentos decorrentes até as datas dos balanços patrimoniais. As rendas sobre os títulos descontados são apropriadas pro rata die pelo método linear e as demais rendas de operações de crédito são apropriadas pro rata die pelo método exponencial. **3.6. Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). Com relação ao período de atraso verificado nas operações de varejo com prazo a decorrer superior a 360 (trinta e seis) meses, adota-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definitivo, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação. As operações reconhecidas são mantidas no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999. **3.7. Operações de Venda ou Transf. de Ativos Financeiros:** De acordo com a Resolução CMN nº 3.533/2008 e alterações posteriores, os ativos financeiros cedidos consideram o grau de transferência dos riscos e benefícios dos ativos transferidos para uma outra entidade. A partir de 1º de janeiro de 2012, quando são transferidos ativos financeiros para uma outra entidade, mas não há transferência substancial dos riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos, as ativos permanecem reconhecidos no Balanço as receitas e despesas decorrentes dessas operações são reconhecidas da forma segregada ao resultado do período pro ramos de desempenho dos ativos; e quando são transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos para uma entidade, os ativos são baixados do Balanço. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriada ao resultado do período. Em 30 de julho de 2021, foram realizadas operações de transferência de ativos financeiros sem retenção de riscos, das carteiras de compra à vista e parcelado lojaista referente a recebíveis de cartão de crédito junto a Sorocred Instituição de Pagamento S.A., empresa pertencente ao Grupo Afimz no valor de R\$ 464.666. **3.8. Outros Créditos:** Outros créditos no Balanço Patrimonial são compostos substancialmente por: **(i) Depósitos em Garantia:** Referem-se a caução em garantia (já asseguram o cumprimento das obrigações, pecuniárias, dispostas em Contrato de Prestação de

Serviços de Processamento de Emissão e Outras Avanças, com terceiros, os saldos são atualizados pelo índice do CDI por ocasião dos Balanços; **(ii) Despesas antecipadas:** As despesas pagas antecipadamente estão relacionadas a serviços ou produtos pagos antecipadamente nos quais os direitos e benefícios ou serviços ocorrerão nos períodos futuros e, o valor é amortizado ao longo do tempo. As despesas antecipadas também compreendem despesas diferidas referentes a custos para origemação de operações de cartão de crédito, sendo os mais relevantes os custos de emissão de cartões. Os custos de emissão de cartões são amortizados utilizando a curva de sobrevivência com base na expectativa da vida útil do cartão; **(iii) Comissões:** As comissões recebidas antecipadamente são apropriadas mensalmente, segundo o regime de competência; **(iv) Outros valores e bens:** Representados substancialmente por bens não em uso próprio recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda. São ajustados, para redução ao valor de realização (*impairment*), ao valor de mercado, menos as despesas necessárias para sua realização, quando este for menor que o custo contabilizado, por meio de constituição de provisão para desvalorização. **3.9. Outros Ativos Financeiros:** E composta valores a receber de usuários finais, relativos a transações de pagamento relacionadas a liquidação futura. **3.10. Imobilizado de uso:** O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com as taxas mencionadas na nota explicativa nº 10. As depreciações são calculadas pelo método linear às taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. **3.11. Intangível:** O Ativo Intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição destinados à manutenção da instituição ou exercícios com essa finalidade. Os critérios de registro e tratamento desses ativos são estabelecidos pelo CPC 04 homologado pela Resolução Bacen nº 4.534/2016. O saldo do intangível corresponde substancialmente aos gastos com aquisição e desenvolvimento de lógicas (softwares), e está demonstrado ao custo de aquisição, líquido da respectiva amortização acumulada, calculada pelo método linear à taxa de 20% ao ano. **3.12. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de *impairment*):** De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC – 01, aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/08, é reconhecida uma perda por *impairment* se houver evidência de que o custo de aquisição de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede o valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*. Na avaliação da Administração não houve indícios de perda por *impairment* no semestre final em 31 de dezembro de 2021 e no exercício de 2020.

3.13. Depósitos, recursos de aceites e empréstimos: As operações de captações a prazo, pré-fixadas, estão atualizadas e demonstradas pelo valor principal, acrescido dos encargos decorrentes até as datas dos balanços patrimoniais e as captações a prazo, pós-fixadas, são atualizadas pro-rata die até as datas dos balanços. **3.14. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL):** A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240 no ano (R\$ 120 no semestre), ajustado pelas ações e exclusões previstas na legislação. Pelos efeitos da Lei nº 13.189/2015, que majorou a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido para 20% no período compreendido de 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2019, retornou seus efeitos a alíquota de 15% a partir de 1º de janeiro de 2019. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias de base de cálculo destes tributos, sendo os seus efeitos registrados na rubrica "Outros créditos – diversos" com reflexo no resultado do período. São realizados quando da utilização *ou* reversão das respectivas provisões sobre os quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Esses créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração da Instituição, conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.842, cuja reconhecimentos deve atender de forma cumulativa, as seguintes condições: (i) haja expectativa de geração de lucros ou de receitas tributáveis futuras para o fim do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do ativo fiscal disponível no prazo máximo de dez anos; e (ii) apresentem histórico de lucros ou de receitas tributáveis para o fim de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, conforme o caso, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco períodos sociais, incluído o período em referência. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. **3.15. Estimativas contábeis:** As demonstrações financeiras incluem estimativas e pressupostos mensais, como a mensuração de provisões para créditos de liquidação duvidosa com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras sí-

Títulos Livres	Vencimento	31/12/2021			31/12/2020		
		Total	Marcação a Mercado	Total	Marcação a Mercado	Total	Marcação a Mercado
Cotas Fundo de Renda Fixa (*)		-	8.844	-	-	8.499	-
Títulos Públicos Federais - LFT	01/09/2021	-	-	-	1.814	2.548	734
Títulos Públicos Federais - LFT	01/03/2022	270	281	11	-	-	-
Títulos Públicos Federais - LFT	01/09/2023	16.647	17.060	413	-	-	-
Vinculadas							
Títulos públicos federais – LFT	01/09/2021	-	-	-	9.460	13.442	3.982
Títulos públicos federais – LFT	01/03/2022	19.309	20.610	1.301	5.004	5.868	864
Títulos públicos federais – LFT	01/09/2022	13.586	14.047	461	-	-	-
Títulos públicos federais – LFT	01/03/2023	9.762	11.204	1.442	9.762	10.713	951
Títulos públicos federais – LFT	01/03/2024	20.002	23.343	3.343	20.002	22.314	2.312
Títulos públicos federais – LFT	01/09/2024	25.005	28.696	3.691	25.005	27.426	2.421
Títulos públicos federais – LFT	01/09/2025	5.105	5.415	310	5.105	5.183	78
Vinculadas ao Banco Central							
Títulos públicos federais – LFT	01/03/2022	371	404	33	-	-	-
Títulos públicos federais – LFT	01/09/2022	2.704	2.796	92	-	-	-
Títulos públicos federais – LFT	01/09/2023	879	886	7	-	-	-
Títulos públicos federais – LFT	01/09/2025	22.001	22.049	48	-	-	-
Total		135.641	155.637	11.152	76.152	95.993	11.342

Setor privado	31/12/2021			31/12/2020		
	Valor	Valor	Marcação	Valor	Valor	Marcação
Curto prazo	40.945	46.981	3.366	19.427	24.489	2.893
Longo prazo	94.596	108.656	7.786	56.725	71.504	8.449
Total	135.641	155.637	11.152	76.152	95.993	11.342

Os Títulos e Valores Mobiliários estão classificados na categoria de disponíveis para venda e podem ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. (*) VINCI RENDA FIXA FI CREDITO PRIVADO - é um fundo de renda fixa, não exclusivo, que proporcione rentabilidade por meio de investimentos em ativos de renda fixa de baixo risco e crédito (inclusive títulos sintetizados através do uso de derivativos), admitindo-se estratégias que impliquem em risco de juros do mercado doméstico e de índice de preço. Estão excluídas estratégias que impliquem em risco de moeda estrangeira ou de renda variável. A Companhia mantém aplicações financeiras de liquidez em títulos de renda fixa com instituições financeiras de nível A, sem prazo de carência e resgate. As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários remunerados, substancialmente, pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Os títulos e valores mobiliários vinculados e livres estão classificados como mantidos até o vencimento e disponível para venda respectivamente, de acordo estabelecido pela Circular nº 3.068/2001 do Banco Central do Brasil (BACEN).

6. Operações de crédito: 6.1 Operações de crédito - Empréstimos/Financiamentos: As informações da carteira de operações de crédito em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são assim sumarizadas:

a) Composição da carteira de operações de crédito por modalidade de operação	31/12/2021			31/12/2020		
	Capital de giro	Crédito consignado - privado	Crédito pessoal	Cartão de crédito (saldo financeiro)	Financiamentos - veículos	

Banco Sorocred S.A. – Banco Múltiplo

CNPJ/ME nº 04.814.563/0001-74 - NIRE nº 35.300.380.363

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

...continuação

13. Relações interfinanceiras: a) Transações de Pagamentos

31/12/2021	31/12/2020
Convênios a Pagar – Meios de Pagamentos (i)	275.866
Convênios a pagar – Visa (ii)	1.827
Operações a Processar (iii)	6.859
Total	234.552

(i) **Convênios a Pagar – Meios de Pagamentos:** Corresponde aos valores referentes às transações de cartões de crédito de clientes a serem pagas para a Sorocred Meios de Pagamentos para liquidação junto aos lojistas; (ii) **Convênios a pagar – Visa:** Corresponde aos valores referentes às transações de cartões de crédito de cliente a serem pagas para a Visa para liquidação junto aos lojistas; (iii) **Operações a Processar:** Substancialmente representado por valores a pagar à instituição Sorocred Meios de Pagamento Ltda, proveniente de repasse a lojistas.

14. Outras obrigações: a) Fiscais e previdenciárias

31/12/2021	31/12/2020
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	2.764
Total	2.764

(b) Provisão para Contingências
Durante o curso normal de seus negócios, a Instituição está exposta a certas contingências e certos riscos. A provisão para contingências é estabelecida por valores atualizados, para questões cíveis em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base nos opiniões de seus consultores jurídicos, para os casos em que a perda é considerada provável. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as contingências provisionadas estão relacionadas aos processos cíveis, estão demonstrados a seguir:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Processos cíveis	2.935	501
Fraude de Subscrição	926	360
Restrição de Crédito – negativação	2.009	141
Tributário/Fiscal – ISSQN	311	173
Total	3.276	674

A movimentação da provisão para demandas judiciais no balanço patrimonial e o seu correspondente efeito no resultado do período, pode ser assim demonstrado:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	674	501
(+) / (-) Provisões/realizações	2.602	173
Perdas possíveis	3.276	674

A Instituição possui ações de natureza civil e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificadas pela Administração como possíveis, e diante do crescimento da nossa carteira e a maior pulverização de processos contenciosos de indenização em diversos e distintos foros ou comarcas, foram adotados critérios mais conservadores de provisão fundadas em premissas jurisprudenciais, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, conforme composição a seguir:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Processos cíveis (i)	10.014	10.014

(i) As causas cíveis são em sua totalidade de natureza referente à restrição de crédito, e diante do crescimento da nossa carteira e a maior pulverização de processos contenciosos de indenização em diversos e distintos foros ou comarcas das regiões sudeste e nordeste, cuja obrigação possível pode envolver a saída de recursos, a cautela recomendou a adoção de critérios mais conservadores de provisão fundados em indagações premissas jurisprudenciais (condenações em valores maiores para casos similares em foros distintos), notadamente diante do quadro pandêmico e a possibilidade de maior saída de recursos em montante ou valor, ao reverso de em maior probabilidade de saída, desta forma a mensuração de provisões dos processos de natureza civil e trabalhista são realizados com base nas condenações de cada Estado e não mais utilizando um parâmetro único de provisionamento para todos os processos.

c) Diversas

31/12/2021	31/12/2020
Provisão para pagamentos a efetuar	3.208
Estoque de Parcelado a Pagar – Visa (i)	1.677
Outras	6.314
Total	11.299

(i) **Estoque de Parcelado a Pagar – Visa:** Corresponde aos valores referentes às transações de crédito de cliente a serem pagas para a Visa para a liquidação junto aos lojistas.

15. Patrimônio líquido: a) Capital Social: O capital social subscrito e totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 118.514 e está representado por 118.513.863 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Houve as seguintes movimentações referente aumento de capital no período:

Data	Descrição	Valor	Origem
11/06/2021	Aumento de Capital	8.000	Holding Nil Participações S.A.
11/06/2021	Aumento de Capital	8.000	Holding Mac Participações S.A.
27/08/2021	Aumento de Capital	15.000	Sorocred Instituição de Pagamento S.A.
29/09/2021	Aumento de Capital	15.000	Sorocred Instituição de Pagamento S.A.
22/12/2021	Aumento de Capital	26.000	Sorocred Instituição de Pagamento S.A.
29/11/2021	Aumento de Capital	9.800	Sorocred Instituição de Pagamento S.A.
30/11/2021	Aumento de Capital	7.100	Sorocred Instituição de Pagamento S.A.
Total		89.900	

(b) Destinações: O estatuto social prevê que do lucro líquido apurado em cada balanço serão destinados: • 5% para o fundo de reserva legal até atingir 20% do capital social; • 25% para dividendos aos acionistas, por determinação dos seus acionistas. **c) Juros sobre Capital Próprio:** Conforme a Resolução CMM 4.706/2015, as provisões para Juros sobre Capital Próprio são mantidas no patrimônio líquido até a constituição de ato societário que configure obrigação presente.

31/12/2021	31/12/2020
Juros sobre Capital Próprio constituído	1.743
Juros sobre Capital Próprio	(2.166)
Total	(423)

16. Receitas de prestação de serviços

	2021	2020
	Zº semestre	Exercício
Anuidade cartão de crédito*	6.652	42.147
Tarifas de cadastro	4.666	8.822
Comissão de venda de seguros	1.594	3.256
Comissão	1.531	4.512
Tarifas de administração de afiliados	1.073	8.650
Tarifas limite extra	436	3.416
Tarifas de serviços	-	123
Diversas	550	1.563
Total	16.502	72.363

*As receitas de anuidade foram auferidas até 31/07/2021. A partir de 08/02/2021 estas receitas não são mais auferidas pelo Banco Sorocred em decorrência da cessação de créditos sem cobrança, das carteiras de compras à vista e parcelado lojista referente a recebíveis de cartão de crédito para a Sorocred Instituição de Pagamento S.A., empresa pertencente ao Grupo Afiz.

17. Outras despesas administrativas

	2021	2020
	Zº semestre	Exercício
Serviços de terceiros	(22.454)	(59.269)
Serviços especializados	(6.422)	(16.090)
Processamento de dados	(3.772)	(9.951)
Comunicações	(1.692)	(5.179)
Serviços de sistema financeiro	(483)	(932)
Aluguéis	(340)	(571)
Promocões e relações públicas	(339)	(641)
Transportes	(22)	(37)
Manutenção e conservação de bens	(13)	(43)
Água e energia	(10)	(10)
Seguros	(1)	(1)
Outras provisões	(589)	(1.714)
Total	(36.137)	(94.447)

18. Despesas tributárias

	2021	2020
	Zº semestre	Exercício
Cofins	(6.443)	(14.365)
Tributos federais e ISSQN	(3.679)	(7.039)
PIS	(1.047)	(2.344)
Tributos estaduais	(1)	(11)
Tributos municipais	(7)	(14)
Total	(11.177)	(23.763)

19. Outras receitas operacionais

	2021	2020
	Zº semestre	Exercício
Descontos de antecipação (a)	5.124	14.867
Receitas de Antecipações	2.003	2.203
Outros Rendimentos	703	703
Recuperação de encargos e despesas	313	671
Recuperação/Reversão de despesas operacionais	216	216
Reversão de provisões - outras	-	1.134
Diversas	138	299
Total	8.697	20.093

(a) Descontos financiados pelo emissor referentes a deságio quando ocorre a solicitação de antecipação dos recebíveis por parte dos lojistas.

20. Outras despesas operacionais

	2021	2020
	Zº semestre	Exercício
Comissões/correspondentes	(8.951)	(22.553)
Descontos concedidos	(8.511)	(113.303)
Perdas contingentes - trabalhistas/judiciais	(1.771)	(2.533)
Despesas com Processos	(1.018)	(1.018)
Perdas decorrentes de fraude	(923)	(4.552)
Multas aplicadas pelo Banco Central	(910)	(910)
Despesas outras provisões	(563)	(1.125)
Fee Collection - Visa	(303)	(531)
Depreciação e amortização	(132)	(243)
Despesas bancárias - SPB	(573)	(3.648)
Outros Gastos com Diretores	(376)	(376)
Comissão França	(126)	(126)
Propaganda e Publicidade	(38)	(43)
Viagens e estadias	(19)	(84)
Diversas	(809)	(2.371)
Total	(25.023)	(153.416)

21. Imposto de renda e contribuição social: A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com o efeito no resultado do período, considerando as principais movimentações ocorridas pode ser assim demonstrada:

a) Demonstração do cálculo dos encargos com IRPJ – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes do IRPJ e da CSLL e Juros sobre Capital Próprio	(87.830)	(15.746)
Participações de Empregados nos Resultados	-	(174)
Juros Sobre Capital Próprio	-	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro ajustado	(87.830)	(15.920)

	Saldo	31/12/2021	31/12/2020
Adições(exclusões) ao lucro líquido			
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	95.582	20.020	
Provisão para Contingências	2.435	-	
Provisão para desvalorização de bens	(102)	(153)	
Outras Provisões Temporárias	(896)	822	
Outras despesas não dedutíveis	2.231	475	
Permanentes/Outras	(799)	(2.050)	
Base de Cálculo do IRPJ e da CSLL antes comp. prejuízo	620	3.194	
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	(186)	(958)	
Base de Cálculo do IRPJ e da CSLL	434	2.236	
Incentivo PAT	(3)	13	
IRPJ e CSLL calculados as alíquotas vigentes	(169)	(869)	
Constituição/reversão crédito tributário s/ diferenças temporárias	39.158	8.275	
Realização e/ou constituição crédito tributário sobre prejuízo fiscal	84	(383)	
Realização de crédito tributário períodos anteriores	4.383	-	
Outras	-	-	
Despesa/receita do IRPJ e da CSLL do período	43.289	7.036	

(b) IRPJ e CSLL diferidos sobre adições e exclusões temporárias e Prejuízo Fiscal
Os créditos Tributários oriundos de diferenças temporárias e prejuízo fiscal, assim como as obrigações fiscais diferidas, foram constituídos com base nos critérios estabelecidos pela Resolução Bacen nº 4.842/20, cujo reconhecimento deve atender de forma cumulativa, as seguintes condições: (i) haja expectativa de geração de lucros ou de receitas tributáveis futuros para fins de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do ativo fiscal diferido no prazo máximo de dez anos; e (ii) apresentem histórico de lucros ou de receitas tributáveis para fins de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, conforme o caso, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco períodos sociais, anterior e período em referência.

c) Origem dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas:

	31/12/2020	Constituição	Realização	31/12/2021
Créditos tributários	26.023	173.715	(131.951)	67.787
Prov. de Perdas em Operações de Crédito	2.000	1.146	(25)	1.321
Provisões para Contingências	8.358	1.035	(94)	9.310
IRPJ e Base Negativa CSLL	2.000	1.035	(94)	3.201
Outras Adições Temporárias	559	177	(556)	180
Total dos créditos tributários	35.140	176.073	(132.616)	78.597

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos, conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável.

d) Provisão de realização dos créditos tributários:

	Diferenças Temporárias	Total crédito
Prazo de realização	Imposto de renda	Contribuição social
2022	37.823	30.259
2023	146	117
2024	146	117
2025	146	117
2026	146	117
2027	85	68
Total	38.493	30.795

	Prejuízo Fiscal	Total crédito
Prazo de realização	Imposto de renda	Contribuição social
2022	1.034	828
2023	1.034	828
2024	1.034	828
2025	1.034	828
2026	1.034	828
2027	1.034	828
Total	5.172	4.138

	31/12/2021	31/12/2020
Créditos tributários s/ diferenças temporárias e prejuízo	74.965	3.632
Curto Prazo	74.965	3.632
Longo prazo	-	-
Total	74.965	3.632

O valor presente do total de créditos tributários constituído em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 69.288 (R\$ 30.130 em dezembro de 2020) para os diferenças temporárias e de R\$ 9.310 (R\$ 9.393 em dezembro de 2020) para os prejuízos fiscais, os quais foram calculados com base na expectativa de realização descontadas pela taxa média de captação da Instituição, projetada para os períodos correspondentes. As projeções de lucros que possibilitam a geração de base de cálculo tributável incluem a consideração de premissas macroeconômicas, taxas de juros, estimativa de novas operações financeiras e de Cartões de Crédito, entre outras, e que podem variar em relação a dados e valores efetivos.

22. Partes relacionadas: A Administração da Instituição possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado, no que se refere a prazos de vencimento e taxas de remuneração pactuadas, considerando a ausência de risco. Essas transações referem-se, principalmente, a prestação de serviços, conforme detalhado a seguir:

21.1. Transações com partes relacionadas

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo/passivo		
Valores a Receber Relativos a Transações de Pagamentos	-	407.063
Sorocred Instituição de Pagamento a Receber	7.544	-
Arquivo a pagar - Sorocred Instituição de Pagamentos (i)	-	232.725
Depósitos a prazo RDB - Holding Fasil	4.242	3.497
Depósitos a prazo RDB - Holding Mac Fam	2.285	1.363
Depósitos a prazo RDB - Sorovale	296	6.948
Depósitos a prazo RDB - Alphamoney	490	-
Depósitos a prazo RDB - Sorocred Instituição de Pagamento	1.236	10.000
Depósitos a prazo RDB - S@net	1.812	-
Depósitos a prazo RDB - Scard	700	-
Depósitos a prazo RDB - Administradores	3.779	2.566
Letras Financeiras Subordinadas - Holding Fasil	1.216	1.145
Letras Financeiras Subordinadas - Holding Mac Fam	2.156	2.030
Letras Financeiras Subordinadas - Administradores	552	522
- Transferência de ativos financeiros – Sorocred Instituição de Pagamentos (v)	-	464.666

Dividendos e Bonificações a Receber

JSCP Nil Distribuídos - Holding Mac	(532)	872
JSCP Nil Distribuídos - Holding Nil	(532)	871
(-) Dividendos Pagos Antecipadamente - Holding Mac	(448)	(56)
(-) Dividendos Pagos Antecipadamente - Holding Nil	(282)	(60)
(-) Juros s/ Capital Próprio Pagos Antecipadamente – Holding Mac	-	(1.025)
(-) Juros s/ Capital Próprio Pagos Antecipadamente - Holding Nil	-	(1.025)

Recargas/Despesas
Receitas de repasses (ii) 8.650 12.942
Despesas S@net (iii) (11.200) (8.691)
Despesas Cejud/Scard (9.529) (8.458)
Despesas Alphamoney Promotora (iv) (28.458) (26.130)
Aluguel a Pagar Acionistas (98) (103)
(i) Correspondem às transações de cartões de crédito de clientes a serem repassadas à Sorocred Instituição de Pagamento, (ii) Correspondem às taxas cobradas das operações de crédito e cartões, (iii) Correspondem a serviços prestados suporte técnico informático, (iv) Correspondem aos serviços de promotoria, backoffice e formalização das operações de crédito e cartões. (v) Transferências de ativos financeiros de recebíveis de cartão de crédito, sem redução de riscos e benefícios das carteiras de compras à vista e parcelado lojista para a Sorocred Instituição de Pagamentos S/A. **22.2. Remuneração dos administradores:** Os administradores da Instituição são remunerados por meio de salários e registrados sob regime CII, o qual está apresentado na rubrica "Despesas de pessoal", no resultado do período. O salário atribuído no período ao pessoal-chave da Administração corresponde a R\$ 1.229 (R\$ 1.180 em 2020). A Administração da Instituição não possui planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para a diretoria e administração.

23. Gestão de risco: A Sorocred está aderente às melhores práticas de gerenciamento de riscos e capital previstas na Resolução CMM nº 4.557, de forma que não possui impactos significativos decorrentes da sua adoção. A Sorocred está sujeita aos seguintes tipos de riscos:

Risco de crédito: definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras, a desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Abrange a identificação, a mensuração, o controle e a mitigação dos riscos associados ao negócio da Sorocred, definindo o nível de tolerância ao risco, a rentabilidade esperada, os tipos de operações, focos em setores econômicos e/ou regiões geográficas, expectativa de concentração dos vencimentos no curto, médio e longo prazos, mercados alvo, elegibilidade de garantias e nível de concentração. **Risco de mercado:** representa a possibilidade de ocorrência de perdas geradas pelas oscilações de taxas, índices e preços, devido ao descaimento entre as carteiras de ativos e passivos da instituição. A Sorocred gerencia o risco de mercado levando em consideração suas operações da carteira de negociação e atuação da Tesouraria, complementado pelo crédito destinado ao *Middle Market*. **Risco operacional:** são tratadas as possíveis perdas ocasionadas por falhas ou inadequação dos processos internos e por eventos externos, fraudes, danos, interrupção do negócio. A Sorocred compreende que o risco operacional, juntamente com o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito, constituem os principais tipos de riscos que afetam o setor financeiro, e o fato de não serem riscos independentes, requer maior atenção em seu tratamento. **Risco de liquidez:** o risco de liquidez é um risco financeiro devido à possibilidade da ocorrência de descasamentos entre os pagamentos e os recebimentos que afetam a capacidade de pagamento da instituição. Este risco é ocasion